

ACESSIBILIDADE PARA TODOS O ESTADO DA NAÇÃO



PAULA TELES

Professora Universitária
Presidente do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade

As (i)mobilidades que desenham os territórios são uma problemática do desenvolvimento sustentado das economias. Por isso, torna-se urgente e obrigatório

fazer planeamento, desenvolvimento e gestão corrente da mobilidade nas escalas nacional, regional e local, sentida e fiscalizada pelos diversos agentes que participam na sociedade.

Para as pessoas com mobilidade reduzida, a vivência diária nas

nossas cidades e vilas pode ser um verdadeiro desafio. As barreiras existentes são diversas e, apesar de as mais visíveis serem as físicas, urbanísticas e arquitetónicas, muitas outras existem, como as psicológicas e as da informação e comunicação. A Acessibilidade para Todos significa poder usar os equipamentos e os serviços turísticos, havendo oferta de serviços e actividades orientadas para o gosto e a preferência das pessoas com mobilidade reduzida. A eliminação das barreiras urbanísticas e arquitetónicas no território deve ser um desígnio dos nossos tempos.

PORTUGAL PARA TODOS: ACTUAR PARA ALCANÇAR ESTE DESÍGNIO

Há, hoje, uma maior sensibilidade nos agentes do sector – técnicos, arquitectos e engenheiros. Aplica-se, de facto, o D-L n.º 163/06, de 8 de Agosto, com maior atenção e zelo, também um reflexo da entrada na agenda do design inclusivo. Os políticos deram um contributo importante nesse sentido, accionando mecanismos internos e externos que integraram esta nova preocupação, particularmente nas políticas urbanas locais

Os sucessivos governos têm envidado esforços para inverter a actual situação nestas matérias. Desde logo, importa mencionar a criação do Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, por meio do qual se procedeu à sistematização de um conjunto de medidas para proporcionar às pessoas com mobilidade condicionada ou dificuldades sensoriais a autonomia,

a igualdade de oportunidades e a participação social a que têm direito como cidadãos.

Deste programa nacional abrangente, surgiram duas gerações de planos de Promoção de Acessibilidade, aos quais aderiu cerca de um terço dos municípios e que permitiram orientações específicas, que irão dotar os seus territórios de melhores condições de acessibilidade para Todos, envolvendo tanto acções materiais como imateriais.

Mais recentemente, a revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo para 2013-2015 introduz a componente da acessibilidade para Todos, inexistente no documento que o precedeu. Tornar Portugal num destino acessível para todos, tal como refere o Plano, é, agora, também um objetivo a atingir, como forma de criar um destino turístico acessível. Para tal, propõe-se o desenvolvimento de um conjunto de actividades que permitirão qualificar recursos humanos, melhorar as condições de acolhimento de turistas com mobilidade reduzida e prestar melhor informação sobre a acessibilidade das infra-estruturas e serviços turísticos do Destino Portugal.

Na última década, para lá da entrada do tema na agenda política, como também comprova a instituição do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, pela Comissão Europeia, em 2003, paralelamente, em Portugal, nascia um projecto pioneiro em matéria de acessibilidade, a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos (REDE). Lançado pela Associação Portuguesa de Planeadores do Território, este projecto constituiu-se como um grande desafio lançado a todos os municípios que, livremente, tiveram a coragem de iniciar um processo em prol da construção de cidades acessíveis a todos, identificando



Ter um território de excelência é vê-lo projectado económica, social e culturalmente para níveis de otimização ímpares.



problemas existentes no seu espaço público e propondo a sua eliminação de forma faseada no tempo.

Decorridos cerca de dez anos desde o lançamento da REDE, o Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade (ICVM) desenvolveu o Certificado de Acessibilidade, com o objectivo de desenvolver o atlas da acessibilidade, identificando os lugares, públicos ou privados, que sejam verdadeiramente acessíveis e divulgando-os numa plataforma de informação *online*. Esta plataforma, importante também em termos turísticos, permite aos cidadãos organizar a sua viagem ou a simples deslocação aos locais auditados, bem como a criação de produtos diferenciadores dos demais, incrementando a atractividade e competitividade dos seus serviços.

Em 2013, fruto da necessidade de rentabilização dos escassos recursos financeiros, o ICVM cria e desenvolve a Rede de Cidades e Vilas de Excelência. Só o trabalho em rede possibilitará, com as actuais condições, o desenvolvimento no quadro das diminutas possibilidades financeiras. A Rede Cidades e Vilas de Excelência desafia, assim, os municípios a executarem acções de baixo custo mas de rendimento máximo, num horizonte temporal de quatro anos, em temáticas como a acessibilidade, o turismo, a regeneração urbana ou a mobilidade amigável.

Ter um território de excelência é um designio de futuro. Ter um território de excelência é vê-lo projectado económica, social e culturalmente para níveis de otimização ímpares.

PROGRAMAS, PROJECTOS E FUNDOS ESTRUTURAIS: OPORTUNIDADES QUE NÃO SE PODEM PERDER

Falar em transformação do território é impossível sem referenciar as câmaras municipais, motor do desenvolvimento, os gestores e empreendedores principais dos territórios. Contudo, em época de profunda crise económica mundial, todas as questões relacionadas com a acessibilidade e mobilidade para todos surgem com particular importância, pois são também uma questão de sustentabilidade social e dos territórios. Os municípios portugueses têm, hoje, menor disponibilidade financeira para efectuar projectos e obra, para construir e requalificar o seu espaço público e edificado, sendo, por isso, imperativo utilizar os escassos recursos de forma acertada. Será, pois, de extrema importância que todos os novos projectos incorporem o desenho universal, o desenho que serve todos os cidadãos.

Uma enorme oportunidade será aproveitar o novo ciclo de fundos comunitários que estão para chegar – Portugal 2020. Nestas novas oportunidades de investimento, não se pode perder o desafio inequívoco de construir a pensar em Todos. Será determinante o acompanhamento e avaliação da aplicação desses fundos comunitários em matéria de acessibilidade, sob pena de, irrecuperavelmente, se perder uma enorme oportunidade de Portugal 2020 também ser para Todos. Esperemos que essa exigência faça parte da avaliação dos projectos em causa. ●